



ACÓRDÃO Nº637/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10983/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Coari
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Keitton Wyllyson Pinheiro Batista (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Mello – OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 11413 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6230/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Coari. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Recomendação. Ofício. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Câmara Municipal de Coari**, sob a gestão do **Sr.Keitton Wyllyson Pinheiro Batista**, **exercício financeiro de 2017**, com fundamento no art. 22, III, "b", da Lei Estadual nº.2423/96, face à permanência das impropriedades elencadas no item 14 deste Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Keitton Wyllyson Pinheiro Batista**, no valor de **R\$ 13.654,39**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, nos



ACÓRDÃO Nº637/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

termos do art.72, III, da Lei Estadual n.2.423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE/AM.

10.3. Recomendar ao Câmara Municipal de Coari que adote as providências para:

- a)** Determinar que a Procuradoria Geral do Município de Coari notifique os responsáveis no sentido de apurar responsabilidades quanto aos valores em Poder de Terceiros, referentes ao Saldo de R\$ 799.404,28, na conta “1.1.3.4.1.01.14.00.00.0000”, conforme Balancete de Verificação do mês de Dezembro de 2017;
- b)** Determinar que a atual gestão que busque junto aos entes, conforme a competência tributária, o parcelamento de tais obrigações junto ao fisco, referentes ao Saldo de R\$ 1.153.595,13, na conta “2.1.8.8.1.00.00.00.00.0000”, no Balancete de Verificação do mês de Dezembro de 2017;
- c)** Providenciar ações para que seja efetuado o registro das receitas previstas no Balanço Orçamentário, sob pena de aplicação de multa pela reincidência;
- d)** Providenciar ações para que todos os demonstrativos contábeis e relatórios estejam devidamente assinados pelos respectivos profissionais, sob pena de desconsiderar o documento não assinado, podendo ainda ser aplicada multa pela reincidência;
- e)** Determinar ao contador do órgão que promova a revisão dos valores lançados e conferência dos cálculos nos referidos demonstrativos contábeis do órgão;
- f)** Nomear servidor que atenda aos pré-requisitos estabelecidos na Res. nº 20 da Res. 09/2016 c/c § 2º do art. 13 da Lei nº 12/2018 do Município de Coari, para o Cargo de Controlador Geral do Poder Legislativo do Município de Coari;
- g)** Determinar à origem, nos termos do § 2º do art. 188 da Res. nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) que elabore inventário de Bens Patrimoniais, promova o adequado registro de entrada e saída, de forma manual ou eletrônica, destinando-se um local adequado para o acondicionamento dos materiais disponibilizados à Câmara Municipal de Coari, conforme dispõe os art. 94 a 96 da Lei nº 4320/64 c/c art. 106, II, da Lei nº 4320/64, contando nos seus tombamentos sob pena de sanção em caso de reincidência da impropriedade em análise nas próximas prestações de contas;
- h)** Providenciar ações que visem que a Câmara Municipal de Coari, realize o envio imediato dos citados bens em



ACÓRDÃO Nº637/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

desuso/obsoletos ao Poder Executivo de Coari, conforme documentos às fls. 623/625;

i) Promover ações que visem imediatamente a apuração do ocorrido, conforme Boletim de Ocorrência nº 5933/2017, indicando se houve imprudência, imperícia ou negligência por parte dos responsáveis pelas instalações físicas da Câmara Municipal de Coari.

- 10.4. Oficiar o Ministério Público do Estado do Amazonas**, encaminhando cópia integral dos autos em mídia, de modo a lhe dar conhecimento dos fatos para apuração de atos de improbidade administrativa praticados pelo responsável da Câmara Municipal de Coari, exercício de 2017, por infringência às normas legais já mencionadas e danos ao Erário, de acordo com o inciso XXIV, art. 1º da lei Estadual n.2423/96;
- 10.5. Oficiar o Ministério Público Federal**, encaminhando cópia integral dos autos em mídia, de modo a lhe dar conhecimento dos fatos para apuração de atos de improbidade administrativa praticados pelo responsável da Câmara Municipal de Coari, exercício de 2017, por infringência às normas legais já mencionadas e danos ao Erário, de acordo com o inciso XXIV, art. 1º da lei nº 2423/96;
- 10.6. Oficiar a Receita Federal do Brasil** do não recolhimento pela Câmara Municipal de Coari, exercício de 2017, de parte dos valores devidos ao RGPS (parte patronal) em 2017, e o não repasse, referente a parte do segurado, para ciência e adoção das medidas cabíveis;
- 10.7. Oficiar o Coariprev** pelo não recolhimento por parte da Câmara Municipal de Coari, exercício de 2017, dos valores devidos ao RPPS (parte patronal) em 2017, de parte dos valores devidos ao RGPS (parte patronal) em 2017, e o não repasse, referente a parte do segurado, para ciência e adoção das medidas cabíveis;
- 10.8. Determinar à DICAMI** que nas próximas inspeções a serem realizadas no Poder Legislativo de Coari, seja observado a reincidência em descumprimento das recomendações formuladas acima, sob pena do disposto no artigo 188, III, “e”, da Resolução n.04/2002-TCE/AM;
- 10.9. Notificar o Sr. Keitton Wylllyson Pinheiro Batista**, por meio de seus advogados habilitados nos autos, e os demais interessados,



ACÓRDÃO Nº637/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

encaminhando com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ciência do decisório e, querendo, apresentar o devido recurso no prazo legal.

Vencido o voto-vista da Cons. Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos pela Regularidade com Ressalvas das contas, com multa ao gestor e determinação à origem.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Junho de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral